

Período 2015 -2020

	Norma:	Ementa:	Andamento:	Autor:	Relator:	Link:	Observações:
1	PL 453/15	Institui a política estadual de serviços ambientais, autoriza o governo a criar o programa estadual de pagamento por serviços ambientais estabelece seus mecanismos de pagamento e dá outras providências	20/09/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Minc	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/9b1dc4451466004f83257e510060baae?OpenDocument&Highlight=0.453%2F2015	10% do FUNDRHI para a política Estadual de Serviços ambientais
2	PL 3374/17	ALTERA A LEI Nº 3239, DE 02 DE AGOSTO DE 1999, QUE INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS; CRIA O SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS; REGULAMENTA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, EM SEU ARTIGO 261, PARÁGRAFO 1º, INCISO VII; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	15/03/2018 - Retirada Definitiva, pelo Autor em 14/03/2018, através do Processo nº 024225 e devolvido à SGMD, em 21/03/2018.	Julianelli	Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/e03d9e91fa93d1b28325819b0065e534?OpenDocument&Highlight=0.3374	Troca a obrigatoriedade de aplicação de recursos na bacia arrecadadora por preferenciabilidade
3	PL 3699/17	Altera a lei nº 4247, de 16 de dezembro de 2003, dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	04/07/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Julianelli	Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/28177e9ee9da2896832581f400569d9b?OpenDocument&Highlight=0.3699	Aumenta o percentual de repasse do Guandu para o Ceivap (transposição) de 20 para 50%, sendo um aumento de 5% por ano até que se atinja os 50% pretendidos.
4	PL 1098/15	Fixa o ponto de entrega aos usuários dos serviço públicos de fornecimento de água no estado do rio de janeiro	18/10/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Iranildo Campos	Rogério Lisboa	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ae5c367a61b007b683257ef8005c475e?OpenDocument&Highlight=0.1098%2F2015	Fornecimento de água devidamente tratada deverá ser entregue sempre na porta da unidade do usuário, onde será instalado o medidor de consumo.
5	PL 2/15	Altera a lei estadual nº 4247, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	29/10/2020 - Comissão de Constituição e Justiça - Pela constitucionalidade.	André Ceciliano	Rosenverg Reis	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/27514b6692683bc783257f790056b456?OpenDocument&Highlight=0.2%2F2015	Aceita como pagamento, ou parte do pagamento do PPU, o repasse de, no mínimo, 20% da água extraída mensalmente de poços artesianos.
6	PL 1567/16	Introduz alterações na lei nº 4247, de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	13/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Jorge Felipe Neto	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/bfc1528dd55ab38d83257f790056b456?OpenDocument&Highlight=0.1567	Inclui o inciso VII no art. 5º da Lei 4247: "As extrações de água subterrâneas, inclusive através de poços artesianos e semi-artesianos, realizadas por condomínios residenciais e por residências particulares, em volume diário equivalente a 10.000 (dez mil) litros e respectivos efluentes"
7	PL 2042/16	Institui a taxa de fiscalização da atividade de fundeio na baía de guanabara e dá outras providências.	20/02/20 - Inclusão na ordem do dia em 19/02/2020	Comissão especial	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/cab4a2b38e459bd883257ffb00748625?OpenDocument&Highlight=0.2042	Cria a Taxa de Fiscalização da Atividade de Fundeio na Baía de Guanabara. Arrecadação vai para o FECAM.

8	PL 1741/16	Obriga as empresas de geração de energia hidrelétrica a investir um percentual mínimo em proteção ambiental, no âmbito do estado do rio de janeiro.	01/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Julianelli	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/8c93f2477525267f83257fa9005ead35?OpenDocument&Highlight=0,1741	As empresas de energia hidrelétrica ficam obrigadas a investir, no mínimo, 0,5% (meio por cento) do valor total de sua receita operacional, em programas de proteção e a preservação ambiental das bacias hidrográficas em que ocorrer a exploração.
9	PL 3379/17	Altera a lei nº 5100 de 04 de outubro de 2007, definindo critério para utilização de recursos de conservação ambiental, e dá outras providências	04/07/2019 - Requerimento de desarquivamento deferido. Waldeck Carneiro.	Julianelli	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f326d09e2a4865c4832581a00054a96a?OpenDocument&Highlight=0,3379	Destina recursos para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.
10	PL 1713/19	Altera a lei nº 3239, de 02 de agosto de 1999, que institui a política estadual de recursos hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências.	13/12/2019 - Retirado da Ordem do dia	Poder Executivo	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMWRkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzYvODM0MjllMDUON2RhZjdiMTAzMjU4NGM3MDA2MwU4YjI/T3BlbkRvY3VtZW50	Altera a destinação de recursos do FUNDRHI
11	PL 166/15	Fica obrigada a utilização de água de reúso pelo corpo de bombeiros do estado do rio de janeiro	28/09/2016 - Parecer em Plenário	Minc	Flavio Bolsonaro	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/713739d817bacba183257e05006e9aed?OpenDocument&Highlight=0,166%2F2015	Obriga o CBMERJ a utilizar água de reúso nos equipamentos de combate a incêndios, a água de reúso nas estações de tratamento público ou privados, serão fornecidas gratuitamente ao CBMERJ.
12	PL 2357/17	Dispõe sobre a inserção nos projetos arquitetônicos das unidades escolares do estado do rio de janeiro instalação de sistema de coleta para captação de água de chuva.	13/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Rosenverg Reis	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3971b733c575c466832580c9005c92c6?OpenDocument&Highlight=0,2357%2F2017	No projeto arquitetônico para edificação das novas unidades escolares estaduais e municipais será inserida a instalação de reservatórios ou cisternas para captação da água de chuva para fins de economia, sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Parecido com PL 372/15.
13	PL 141/15	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de mecanismo de captação, armazenamento e conservação para reuso de água proveniente de aparelhos de ar condicionado.	14/12/2017 - Encaminhado a Secretaria Geral da Mesa Diretora	Jorge Piciani	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/222d6053b82e346683257e05006e9f4d?OpenDocument&Highlight=0,141%2F2015	Edificações residenciais multifamiliares, comerciais e industriais situadas no Estado ficam obrigadas a instalar mecanismos de Captação, Armazenamento e Conservação para Reuso de água proveniente de aparelhos de ar condicionado.
14	PL 1011/15	ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 3º E 4º DA LEI 6.034 DE 02 DE SETEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS, LAVARÁPIDOS, TRANSPORTADORAS E EMPRESAS DE ÔNIBUS URBANOS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, LOCALIZADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A INSTALAREM EQUIPAMENTOS DE TRATAMENTO E REUTILIZAÇÃO DA ÁGUA USADA NA LAVAGEM DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	18/10/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Rogério Lisboa	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/16892c1d14a6cd1483257edf005a4947?OpenDocument&Highlight=0,1011	Obrigatoriedade de instalação de equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos

15	PL 367/15	Dispõe sobre a aplicação de multa pecuniária para desperdício de água no estado de rio de janeiro.	21/02/2018 - Encaminhado a Secretaria Geral da mesa diretora	Deodalto	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/91056160fcc609f483257e3700767546?OpenDocument&Highlight=0,367	Multa de 500 UFIRs aos cidadãos que forem flagrados no ato de lavar calçadas e/ou veículos em locais de uso comum e/ou em áreas privadas com água tratada da rede de abastecimento. Multa a ser revertida ao FECAM.
16	PL 321/15	Dispõe sobre o reuso de água não potável e dá outras providências	30/10/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Marcia Jeovani	Márcio Pacheco	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4b0447e9fb2320383257e26005ca8b2?OpenDocument&Highlight=0,321%2F2015	Torna obrigatório o uso de água de reuso por integrantes da administração pública estadual direta, das autarquias, das fundações instituídas ou mantidas pelo poder público, das empresas em cujo capital do Estado do Rio de Janeiro tenha participação, bem como as demais entidades por ele controladas direta ou indiretamente.
17	PL 2642/17	Altera a lei nº 4191 de 30 de setembro de 2003 que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá outras providências acrescentando dispositivos.	29/05/2019 - Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle.	Minc	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c0b52ea63e83608a83258106006c0a28?OpenDocument&Highlight=0,2642%2F2017	Obriga aos municípios a instituir, ou ampliar, caso já existam, taxas municipais de lixo, para que o atual sistema de cobrança de taxa passe a incluir, não somente os serviços referentes à varrição e coleta, mas também o tratamento e disposição final adequada dos resíduos.
18	PL 3807/18	Dispõe sobre a carência no pagamento da conta de fornecimento à cedae dos condomínios que sofrerem com enchentes e comprovarem a sua incapacidade para arcar com elevado custo.	20/08/2018 - Comissão de Constituição e Justiça para Presidente da Alerj	Luiz Martins	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/974026cf18e9b5588325823a0061ed30?OpenDocument&Highlight=0,3807	Concede carência no pagamento da conta de fornecimento dos condomínios, que sofrerem com enchentes.
19	PL 3341/17	Dispõe sobre a cobrança de tarifas básicas pelos serviços prestados pelas concessionárias ou permissionárias de água e esgoto para um mesmo medidor e dá outras providências	20/02/2019 - Comissão de constituição e justiça.	Chico Machado	Serginho	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f4f316193ccb6e88325818c00596f87?OpenDocument&Highlight=0,3341	Proíbe a cobrança de tarifa básica quando houver hidrometrô no local.
20	PL 3342/17	Dispõe sobre a proibição as concessionárias prestadoras de serviços essenciais e água/esgoto e energia elétrica de cobrar tarifa mínima de consumo ou adotar práticas semelhantes no estado do rio de janeiro e dá outras providências.	20/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Chico Machado	Serginho	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/bf49ae7b127f94bb8325818b0061ca30?OpenDocument&Highlight=0,3342	Proibição de cobrar tarifa mínima.
21	PL 3728/17	Dispõe sobre a proibição de cobrança de taxa pelos serviços de religação dos serviços públicos de água, luz e gás em caso de corte por falta de pagamento e dá outras providências.	27/08/20 - Comissão de defesa do consumidor - declaração de prejudicabilidade.	Átila Nunes	Serginho	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/dc6bf4106d629462832581fc0055dae3?OpenDocument&Highlight=0,3728	Proíbe a cobrança de taxa de religação de água.

22	PL 1674/16	Proíbe as concessionárias prestadoras de serviços essenciais de água e energia elétrica de cobrarem uma tarifa mínima de consumo ou de adotar práticas similares no estado do rio de janeiro.	18/10/2019 - Distribuição.	Daniele Figueiredo	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/1f55de0577a61aa483257fa10054bf69?OpenDocument&Highlight=0,1674	Proibição de cobrança de tarifa mínima.
23	PL 5/15	Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa de esgoto adicional na captação da água de chuva pela cedae no estado do rio de janeiro	06/02/2015 - A Imprimir. Deferido de acordo com o inciso V do art. 106 do Regimento Interno. Em 05/02/2015	Wagner Montes	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/fde24c0312f147cb83257de100714d1c?OpenDocument&Highlight=0,5%2F2015	Proíbe a cobrança de taxa de esgoto adicional pela CEDAE, quando o imóvel estiver fazendo uso de água proveniente da captação de água de chuva.
24	PEC 69/18	MODIFICA O PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 8º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA INCLUIR A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA POTÁVEL NO ROL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.	07/06/2019 - Comissão de Emendas Constitucionais e Vetos para dizer sobre a admissibilidade	Martha Rocha	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/eb2c4dc082ee41ff8325825d005db4a0?OpenDocument&Highlight=0,69%2F2018	Determina como dever do Estado garantir a todos a todos uma qualidade de vida compatível com a dignidade da pessoa humana, assegurando a universalização do acesso à água potável e ao saneamento básico, entre outros.
25	PL 3169/17	Dispõe sobre as condições sanitárias relativas à fabricação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de gelo no estado do rio de janeiro, cria o selo sanitário e dá outras providências.	29/10/2020 - Comissão de Segurança Alimentar	Marcos Muller	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3bf1c42c23f1cf3c832581700063cfa?OpenDocument&Highlight=0,3169	Gelo. Fabricação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização. Condições sanitárias.
26	PL 2024/16	Dispõe no âmbito do estado do rio de janeiro sobre a exigência de certidão negativa de débitos da concessionária de fornecimento de água e esgoto para transações imobiliárias e dá outras providências	21/09/2018 - Redistribuição para elaboração de parecer	Dionisio Lins	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/7e58e39aa642531f83257ff6006fea16?OpenDocument&Highlight=0,CERTID%3%830,NEGATIVA,DE,DEBITOS,AGUA	Exige que em todas as transações imobiliárias, será necessária a apresentação de certidão negativa de débitos da concessionárias de fornecimento de água e esgoto.
27	PL 2881/17	Dispõe sobre a veiculação nas contas de água, de informação do artigo 155 do código penal, e dá outras providências.	15/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça - Ofício pela baixa em diligência	Silas Bento	Edson Albertasi	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/379135c8d3826c9f8325812a00511bc3?OpenDocument&Highlight=0,2881%2F2017	Obrigações de veicular nas contas de cobrança de água a previsão do artigo 155 do Código Penal e pena quanto ao crime de furto.
28	PL 1017/15	Dispõe sobre o aviso prévio pelas concessionárias de serviço público em caso de redução ou suspensão do abastecimento de água no estado do rio de janeiro.	11/12/2019 - Comissão de Saneamento Ambiental.	André Ceciliano	Gustavo Schimidt	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/a07c7eed83f4a7f583257ee4005b07f8?OpenDocument&Highlight=0,AVISO,PR%3%89VIO,PELAS,CONCESSION%3%81RIAS	Obrigatoriedade de aviso prévio, por parte das concessionárias, quando da redução ou suspensão do abastecimento de água.
29	PL 3945/18	Dispõe sobre a quitação de faturas em atraso no ato de interrupção de serviços essenciais, na forma que menciona.	21/08/20 - Comissão de Defesa do Consumidor. Encaminhado ao Departamento de Apoio às Comissões Permanentes	Bebeto, Carlos Macedo, Julianelli, Martha Rocha	Marcelo Cabeleireiro	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/37c827e96461bb29832581ed0054ab01?OpenDocument&Highlight=0,3945	Previamente à interrupção dos serviços essenciais por falta de pagamento, as concessionárias deverão oferecer ao consumidor inadimplente a possibilidade de pagamento, por meio de cartão de débito, das faturas em atraso.

30	PL 1758/16	Torna obrigatória por parte das concessionárias de distribuição de energia elétrica; de saneamento básico e fornecimento de gás canalizado aos consumidores livres no estado do rio de janeiro a realização da troca de titularidade nas contas de energia elétrica; água e esgoto e gás da unidade consumidora, e dá outras providências.	04/05/2018 - Comissão de Constituição e Justiça. Pela Baixa em Diligência.	Nivaldo Mulim	Edson Albertasi	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/9f7f55705a3988dd83257faa0064b86a?OpenDocument&Highlight=0.1758	Troca de titularidade de conta
31	PL 208/15	Institui o sistema de monitoramento ambiental e de transparência no tratamento de água e esgoto em operação no estado do rio de janeiro.	04/07/2019 - pedido de desarquivamento deferido.	Julianelli	Waldeck Carneiro	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/73b7200b02f42d9f83257e120052c8bb?OpenDocument&Highlight=0.208%2F2015	Cria o Sistema de Monitoramento Ambiental e de Transparência no Tratamento de Água e Esgoto, com objetivo de divulgar informação de fácil acesso, independentemente de requerimentos, no âmbito de suas competências, de interesse coletivo ou geral por elas produzidas ou custodiadas
32	PL 2018/16	Altera a lei 3239 de 1999 que estabelece a política estadual de recursos hídricos para proteção da qualidade das águas dos aquíferos sob área de disposição de resíduos sólidos.	27/06/2019 - Pedido de desarquivamento. Conte Bittencourt.	Comte Bitencourt	Flavio Serafini	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/10d3d50d4b761c7483257ff40053a230?OpenDocument&Highlight=0.2018%2F2016	Obriga o órgão ambiental estadual a mapear e monitorar continuamente os focos potenciais de contaminação das águas subterrâneas. Bem como o uso de normas ABNT para projetos de disposição de resíduos sólidos. Altera a lei 3.239/1999
33	PL 34/15	Dispõe sobre a prioridade do consumo humano e dessedentação animal em caso de escassez de recursos hídricos e dá outras providências.	22/11/2019 - Comissão de Constituição e justiça. Baixa em diligência.	Flavio Serafini	Carlos Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/9fb10f08242e92cb83257de300714cf6?OpenDocument&Highlight=0.34%2F2015	Cria o Sistema de Classificação Trimestral para a situação dos recursos hídricos disponíveis em âmbito estadual destinados ao abastecimento público, utilizando-se de parâmetros como seguro, satisfatório, regular e insuficiente.
34	PL 2608/17	Altera a lei nº 1.899, de 29 de novembro de 1991, para determinar aos parques aquáticos e similares a realização de monitoramento mensal da qualidade da água utilizada e a fixação em local visível do resultado, na forma que menciona.	09/09/2020 - Comissão de Economia Indústria e Comércio.	Átila Nunes	Thiago Pampolha	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/8218a8557de5fec7832580ff00649065?OpenDocument&Highlight=0.2608%2F2017	Monitoramento de água em parque aquático.
35	PL 82/15	Altera a lei 5.645, de 06 de janeiro de 2010, que consolida a legislação relativa às datas comemorativas no estado do rio de janeiro, instituindo a semana estadual para conscientização do uso racional da água, na última semana do mês de março	23/05/2019 - Comissão de Mesa Diretora	André Lazaroni	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/214cd8b4bbb865883257df8007245ea?OpenDocument&Highlight=0.82%2F2015	Cria a Semana Estadual para Conscientização do Uso Racional da Água.
36	PL 1020/15	ALTERA A LEI 3.325 DE 17 DE DEZEMBRO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INSTITUI A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CRIA O PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COMPLEMENTA A LEI FEDERAL Nº 9.795/99 NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ACRESCENTANDO-SE INCISOS AOS ARTIGOS 5º, 10º E 14º.	28/09/2016 - Comissão de Constituição e Justiça	Nivaldo Mulim	Rogério Lisboa	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/2beabfe310c8fdeb83257ede0052336f?OpenDocument&Highlight=0.1020%2F2015	Programa Estadual de Educação Ambiental.

37	PL 925/15	Altera a lei 4397, de 17 de setembro de 2004, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.	04/10/2018 - Comissão de Constituição e Justiça - Encaminhado à Mesa Diretora	Bruno Dauaire	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/98488058029646ca83257ec80061aed9?OpenDocument&Highlight=0,925%2F2015	Adoção de dispositivos e sistemas hidráulicos e elétricos visando ao controle e à redução do consumo de água e energia.
38	PL 3073/17	Altera a lei 4.397, de 17 de setembro de 2004, para determinar o uso de redutor de vazão nas torneiras e chuveiros de instituições públicas e privadas no estado do rio de janeiro.	17/12/2020 - Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle - Parecer favorável com emendas da Comissão de Constituição e Justiça	Átila Nunes	Marcio Canella	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/81a403b26d5bb6618325814e005665e9?OpenDocument&Highlight=0,3073%2F2017	Determina a utilização de redutor de vazão nas torneiras e chuveiros
39	PL 1857/16	Institui a obrigatoriedade de remediação de vazadouros encerrados e o controle, monitoramento e tratamento do lixiviado (chorume) produzido em vazadouros, aterros controlados e aterros sanitários no estado do rio de janeiro e dá outras providências	14/10/2020 - Comissão de Defesa do Meio Ambiente - Encaminhado a mesa diretora	Minc	Flávio Serafini	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/548f0d463c4dc49983257fd300658798?OpenDocument&Highlight=0,1857	Obrigatoriedade de remediação ambiental de vazadouros encerrados e o controle, monitoramento e tratamento do lixiviado (chorume) produzido em vazadouros, aterros controlados e aterros sanitários
40	PL 1903/16	Dispõe sobre o percentual de investimento em obras de saneamento básico pela cedae.	07/06/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Paulo Ramos	Rosenverg Reis	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/17a9c2a06ca274cf83257fd300658798?OpenDocument&Highlight=0,1903	Obriga à CEDAE a investir, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do seu lucro líquido, em obras de saneamento básico
41	PL 3/15	Dispõe sobre a outorga para exploração de aquíferos por pessoas jurídicas para uso comercial ou industrial no estado do rio de janeiro.	30/09/2019 - Comissão de Saneamento ambiental	André Ceciliano	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/44e23905cfd9f4583257de1006e7f07?OpenDocument&Highlight=0,3%2F2015	Cria critérios para outorga de exploração de aquífero por PJ para satisfação de suas necessidades.
42	PL 2204/16	Autoriza a cedae a realizar distrato, dos serviços de água e esgoto, com os municípios da baixada fluminense que assim optarem.	28/08/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Rosenverg Reis	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f54edc6a97b250e983258058006091c5?OpenDocument&Highlight=0,2204%2F2016	Autoriza a CEDAE a realizar distrato, dos serviços de água e esgoto, com os Municípios da Baixada Fluminense.
43	PL 2812/17	Dispõe sobre a proibição do corte dos serviços de fornecimento de energia elétrica e água no estado do rio de janeiro e dá outras providências.	18/10/2019 - Comissão de Constituição e Justiça. Ofício Pela Baixa em Diligência.	Figueiredo	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/851b3c50181ff7258325811d006e3747?OpenDocument&Highlight=0,2812	Proíbe corte dos serviços de energia e água nos finais de semana.
44	PL 1425/16	Dispõe sobre a aquisição de copos e recipientes descartáveis, produzidos a partir de derivados de petróleo, destinados ao consumo de bebidas e alimentos, no âmbito da administração pública estadual.	08/10/20 - Comissão de Defesa do Meio Ambiente	Thiago Pampolha	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/a77b9db013c376ba83257f62005781bd?OpenDocument&Highlight=0,1425	Veda a aquisição de copos e recipientes descartáveis, produzidos a partir de derivados de petróleo

45	PL 2293/16	Dispõe sobre as infrações administrativas ambientais, e sobre medidas para evitar e recuperar danos ambientais e revoga a lei 3.467/2000.	02/08/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	André Correia	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3920711742a4d1df8325807b00678174?OpenDocument&Highlight=0,2293	Infrações administrativas ambientais. Revoga a 3.467/00
46	PL 1135/15	Institui o estímulo e benefícios ao reuso de água para as sociedades empresarias, nos requisitos especificados em lei, doravante denominados "benefício sócio-ambiental"	13/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Jorge Felipe Neto	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3c7edbedc172e2e583257f0100721b43?OpenDocument&Highlight=0,1135	Redução de ICMS para empresas que fizerem reuso de água
47	PL 1081/15	Introduz alterações na lei nº 5.100, de 04 de outubro de 2007, para incluir a existência e o reconhecimento dos territórios de povos e comunidades tradicionais como critério de "conservação ambiental" para o repasse do icms verde aos municípios, bem como a obrigatoriedade da criação de sistema municipal de transparência ambiental.	20/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Flavio Serafini	Max lemos	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/53ec9aa67fe6bcf883257ef20061bd28?OpenDocument&Highlight=0,1081	ICMS Verde. Reconhecimento dos territórios de povos e comunidades tradicionais como critério de "conservação ambiental".
48	PL 167/15	Autoriza o poder executivo estadual a celebrar convênio de cooperação com o município do rio de janeiro em matéria de serviços de esgotamento sanitário da área de planejamento 4 – ap-4 do município do rio de janeiro, definda no plano diretor municipal.	18/10/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Tiago Mohamed	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/40d565987e40c3ee83257e06006a4445?OpenDocument&Highlight=0,167%2F2015	Município Rio de Janeiro. Serviço de Esgotamento. AP 4.
49	PL 1/15	Estabelece medidas de emergência para a redução do desperdício de água no estado do rio de janeiro.	09/10/2019 - Comissão de Defesa do Consumidor.	André Ceciliano	Fábio Silva	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/acde53df4cfe4aa983257de1006de883?OpenDocument&Highlight=0,1%2F2015	Vazamentos de água. Prazo de 72 horas para a concessionária resolver o problema.
50	PL 278/15	Dispõe sobre a ampliação do parque estadual da serra da tiririca, localizado nos municípios de niterói e maricá com a inclusão de áreas da reserva ecologica municipal darcy ribeiro, morro da peça e área úmida, restinga e dunas do entorno da lagoa de itaipu.	20/02/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Minc, Flavio Serafini, Marcelo Freixo, Waldeck Carneiro, Luiz Paulo	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/8bf6455448f695d183257e200061b464?OpenDocument&Highlight=0,278%2F2015	Amplia o Parque Estadual da Serra da Tiririca.
51	PL 3458/17	Institui a política estadual de promoção da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da organização das nações unidas (onu) como diretriz de políticas públicas no âmbito do estado do rio de janeiro, cria conselho estadual de desenvolvimento sustentável e dá outras providências.	11/09/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Figueiredo	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/87f5e3f8bd503a65832581ae0053e834?OpenDocument&Highlight=0,3458	Cria a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas

52	PL 245/19	Proíbe a pulverização aérea de defensivos agrícolas no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	20/03/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Renato Cozzolino	Minc	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMvMzA5NzNmYmEvMWEyODAwMzgzMjU4M2MyMDA2MDdkNmI/T3BibkRvY3VtZW50	Pulverização aérea de defensivos agrícolas.
53	PL 54/15	Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos de proteção e recuperação ambiental e dá outras providências.	02/08/2019 - Comissão de Defesa do Meio Ambiente	André Lazaroni	-	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/97b37089e6885e3d83257df50072f242?OpenDocument&Highlight=0,54%2F2015	Incentivo fiscal às empresas que promovam a proteção e recuperação da fauna, flora e recursos hídricos.
54	PL 185/19	Altera a lei nº 2.484, de 18 de dezembro de 1995, para instituir um comitê permanente de prevenção, fiscalização e controle da Baía de Guanabara e entorno, e dá outras providências.	14/11/2019 - Presidente da Alerj. Anexação.	Márcio Canella	-	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvMvMGlxYjQwM2RmMjA3ZTI5MTgzMjU4M2FmMDA1MTM3YzU/T3BibkRvY3VtZW50	Fórum Estadual de Acompanhamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara
55	PL 237/19	Dispõe sobre a política estadual para o desenvolvimento e expansão da criação de abelhas e institui o programa estadual de incentivo à criação de abelhas – PROAMEL no âmbito do estado do rio de janeiro e revoga a lei nº 5548, de 24 de setembro de 2009, que instituiu o programa Rio-mel no âmbito do estado do rio de janeiro e deu outras providências	23/11/2020 - Comissão de Constituição e Justiça - Pela Constitucionalidade	Flavio Serafini	Carlos Minc	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvZWE0NzA5Yjg5OTRmNTRmNjgzMjU4M2MyMDA1YjhIMTM/T3BibkRvY3VtZW50	Política para o Desenvolvimento e Expansão da Criação de abelhas e o Programa Estadual de Incentivo à Criação de Abelhas – PROAMEL
56	448/19	Estabelece a obrigatoriedade de captação de águas pluviais, através de reservatórios, pelas concessionárias de veículos, comercializados no estado do rio de janeiro, da forma que menciona	02/05/19 - Comissão de Constituição e Justiça	Brazão	Max lemos	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvZTU2OTVvOTVvZWU4NzgyYTgzMjU4M2VjMDA1Y2EzOTU/T3BibkRvY3VtZW50	captação de águas pluviais
57	684/19	Dispõe sobre os rios de preservação permanente (RPP) e dá outras providências	02/03/20 - Comissão de Saneamento Ambiental	Minc	Gustavo Schmidt	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzMvOTMwZDY4ZTEyYjI4MGYzMzgzMjU4NDNmMDA2MTMzYTk/T3BibkRvY3VtZW50	rios de preservação permanente (RPP). Autoriza que o Fundo Estadual de Recursos Hídricos financie a elaboração de projetos de recuperação e/ou renaturalização de rios e margens e de concepção de áreas protegidas fluviais ao longo das margens

58	681/19	Que proíbe a instalação de medidores de energia elétrica, água e gás canalizado, em edificações definidas como irregulares	05/06/19 - Comissão de Constituição e Justiça	Leo Vieira	Carlos Minc	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTIjMwRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvZDZkOWFZiMwMTRiMjVhZigzMjU4NDNmMDA2NDIxOGM/T3BlbkRvY3VtZW50	Instalação de medidores de água, em edificações definidas como irregulares
59	677/19	Institui o programa “escola inteligente, consumo consciente” para incentivar a economia no consumo de água e energia elétrica nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino.	21/08/20 - Comissão de Saneamento Ambiental	Rosane Felix	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTIjMwRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvNDE3ZigONWQ2MDE3Mjg1ZTgzMjU4NDNmMDA1YzY1N2Q/T3BlbkRvY3VtZW50	Programa “escola inteligente, consumo consciente”. Educação Ambiental.
60	504/19	Dispõe sobre qualidade ambiental das edificações por meio da previsão de instalação do “telhado verde”, “ecotelhado” e construção de reservatórios de acúmulo ou de retardo do escoamento das águas pluviais para a rede de drenagem e dá outras providências.	12/09/19 - Comissão de Constituição e Justiça	Renato Cozzolino	Minc	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTIjMwRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvOTc5MDVjYjBkNzE4M2Y1MTgzMjU4M2YzMDA2NzNjNDA/T3BlbkRvY3VtZW50	“Telhado verde”, “ecotelhado” e construção de reservatórios de acúmulo ou de retardo do escoamento das águas pluviais
61	505/19	Dispõe sobre a obrigatoriedade de captação de águas pluviais, por reservatórios, pelos mercados e hipermercados, no estado do rio de janeiro, da forma que menciona	04/12/19 - Comissão de Constituição e Justiça para Presidente da Alerj sobre Prejudicabilidade.	Brazão	Jorge Felipe Neto	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTIjMwRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvYjNiOGMwYTBmZmZkYWE5NDgzMjU4M2Y0MDA2M2FhZDM/T3BlbkRvY3VtZW50	Captação de águas pluviais
62	PL 4384/18	Altera a lei estadual nº 7987, de 13 de junho de 2018, que estabelece o uso eficiente da água nos estaleiros e nas edificações que especifica, situadas no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	17/09/20 - Comissão de Constituição e Justiça	André Lazaroni	Rosenverg Reis	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/fe4a309f37a9239a832583060063d620?OpenDocument&Highlight=0,4384	reuso em estaleiros
63	PL 448/19	Estabelece a obrigatoriedade de captação de águas pluviais, através de reservatórios, pelas concessionárias de veículos, comercializados no estado do rio de janeiro, da forma que menciona	02/05/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Brazão	Max lemos	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTIjMwRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvZTU2OTVvOTVmZWU4NzgyYTgzMjU4M2ViMDA1Y2EzOTU/T3BlbkRvY3VtZW50	captação de águas pluviais, através de reservatórios, pelas concessionárias de veículos

64	PL 668/15	Dispõe sobre o controle de água potável distribuída pela rede pública estadual, institui o programa estadual de conservação e uso racional da água em edificações, cria concurso de economia de água nas escolas da rede estadual e dá outras providências	20/02/2019 - Requerimento de desarquivamento acatado. Lucinha.	Lucinha, Márcio Canella, Waguinho	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/59b7edc20175a78c83257e8a005bc7b1?OpenDocument&Highlight=0,%C3%81GUA,POT%C3%81VEL	Programa estadual de conservação e uso racional da água em edificações
65	PL 302/15	Institui no âmbito do estado do rio de janeiro o sistema de alerta de uso de água tratada em casos de escassez e dá outras providências.	23/05/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	André Lazaroni	Carlos Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/420462a69a78dad983257e1f0059c5b8?OpenDocument&Highlight=0,302%2F2015	Cria o Sistema de Alerta de Uso de Água Tratada em Caso de Escassez - Alerta Água, que consiste na emissão de sinais que indiquem o nível dos reservatórios de água que abastecem o Estado do Rio de Janeiro.
66	PL 2103/16	Dispõe a moratória para o licenciamento de novos empreendimentos na bacia hidrográfica da baía de guanabara e dá outras providências	20/02/2019 -Comissão de Constituição e Justiça.	Comissão especial	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ac1cc244245ea72c8325803400679c6a?OpenDocument&Highlight=0,2103	Baía de Guanabara: moratória para paralisação do licenciamento de novos empreendimentos na região, até que seja feita uma Avaliação Ambiental Estratégica e um ZEE.
67	PL 2043/16	Altera a lei estadual nº 1060, de 10 de novembro de 1986, que instituiu o fundo especial de controle ambiental-fecam e dá outras providências.	20/02/2019 - Requerimento de desarquivamento. Flávio Serafini.	Comissão especial	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/2e719649b2c6296e83257ffb006b9621?OpenDocument&Highlight=0,2043	Altera a distribuição de recursos do FECAM.
68	PL 363/15	Autoriza o poder executivo estadual a firmar cooperação técnica e financeira com as prefeituras fluminenses com vistas a promover o financiamento dos programas municipais de coleta seletiva (pmcs), prioritariamente através da participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores(as) de materiais reutilizáveis ou recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.	13/09/2019 - Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle.	Julianelli	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/6ac33bfa64433fb783257e370059f3bd?OpenDocument&Highlight=0,363	FUNDRHI como fonte de financiamento de cooperação técnica que vise promover programas municipais de coleta seletiva prioritariamente através da participação de cooperativas
69	PL 1488/16	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de redes de infraestrutura subterrânea nos projetos arquitetônicos dos prédios públicos pertencentes ao estado do rio de janeiro.	03/07/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	Waldeck Carneiro	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/297808d1e79f570583257f6b00582c39?OpenDocument&Highlight=0,1488	Projetos arquitetônicos para edificação de novos prédios públicos deverão prever a instalação de redes de infraestrutura subterrânea, inclusive para: transporte e distribuição de água potável, águas pluviais, esgotos sanitários.
70	PL 24/15	Dispõe sobre a proibição de cobrança de tarifa de esgoto incidente sobre as práticas sustentáveis de reaproveitamento e uso das águas das chuvas.	05/04/2019 -Comissão de Constituição e Justiça.	Wagner Montes, Zaquie Teixeira	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3ec1d68baf43a94083257de2006701d4?OpenDocument&Highlight=0,24%2F2015	Proíbe a cobrança de tarifa de esgoto quando o imóvel ou condomínio estiverem fazendo uso de água proveniente da captação de água de chuva

71	PL 3873/18	Altera as leis nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e 5.234, de 05 de maio de 2008 que dispõem sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e a lei nº 5639, de 06 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de agência de água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado e dá outras providências.	03/01/2019 - Comissão de Constituição e Justiça.	André Correia	Serginho	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/76fb1683ecc27fdd8325824800669b09?OpenDocument&Highlight=0,3873%2F2018	Acaba com a obrigatoriedade de aplicação de 70% em saneamento; 20 % do percentua destinado aos comitês serão obrigatoriamente aplicados em recuperação e proteção dos corpos hídricos, preferencialmente, dos mananciais de abastecimento; 10% Inea passam a ser exclusivo para ações destinadas à gestão de RH; prazo de 5 anos para cancelamento de ações aprovadas e não iniciadas; Permite a aplicação de recursos em região hidrográfica diferente da arrecadadora, desde que do interesse de ambas as bacias, com justificativa técnica e referendo do CERHI; destina ao FUNDRI os recursos arrecadados com as multas decorrentes de ações sobre os recursos hídricos; Permite a renovação dos contratos de gestão; Dispensa o uso da Lei Federal 8.666/93 quando houver Resolução específica do órgão gestor que respeite o art. 37 CF.
72	PL 3401/17	Altera a lei nº 1.757, de 27 de novembro de 1990, que "isenta das taxas de água e esgoto as entidades mantidas pelas santa casa da misericórdia do rio de janeiro, macaé, campos e angra dos reis; pela sociedade pestalozzi e pela apae."	16/12/2020 - Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle - Parecer Favorável	Paulo Ramos	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/bf6536bd13fde784832581a1006abdfb?OpenDocument&Highlight=0,3401%2F2017	Isenção de tarifa de água e esgoto
73	PL 224/15	Estabelece estratégia para a universalização dos serviços de esgotamento sanitário e de tratamento e reutilização dos efluentes industriais da bacia hidrográfica da baía de guanabara.	27/06/2019 - Comissão de Constituição e justiça.	Conte Bitencourt	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/437bcd49a1cc607c83257e11004ec95c?OpenDocument&Highlight=0,UNIVERSALIZACAO%20DOS%20SERVICOS%20DE%20ESGOTAMENTO	Baía de Guanabara: incluir no Plano Estadual de Saneamento, as condições da estratégia para universalização dos serviços de esgotamento sanitário e de tratamento e reutilização dos efluentes industriais.
74	PL 2017/16	Estabelece normas para a cobrança dos serviços públicos de esgotamento sanitário, quando a tarifa básica for calculada em função do volume de água fornecida	27/06/2019 - Comissão de Constituição e justiça.	Conte Bitencourt	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c9f0ab8dc1bd242083257ff40054218e?OpenDocument&Highlight=0,2017%2F2016	A tarifa básica, quando calculada em função do volume da água fornecida, só poderá ser cobrada se forem ofertadas ao usuário a coleta com infraestruturas e instalações operacionais, o transporte, o tratamento e a disposição final dos efluentes sanitários, desde as ligações prediais até o esgotamento final no meio ambiente.
75	PL 4078/18	Estabelece procedimentos para a estruturação e implementação dos sistemas de logística reversa e condiciona a concessão e renovação de licenças de operação à comprovação deste atendimento.	16/10/2019 - Comissão de Constituição e justiça. Retirado de pauta Dep Carlos Minc	Minc	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/e1b75b84fb8f40e8832582890063e698?OpenDocument&Highlight=0,4078	Logística reversa

76	PL 4438/18	Amplia o Parque Estadual do Mendanha.	14/08/2020 - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional. Parecer favorável com voto em separado, contrário, do deputado Carlos Macedo, relator original.	Minc / André Lazaroni	Mônica Francisco	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/1640f1ed9e68e0483258312005c83a3?OpenDocument&Highlight=0,4438	Amplia o Parque Estadual do Mendanha..
77	PL 2399/17	Altera a lei nº. 3.239/1999, a lei nº 4.247/2003 e o decreto nº. 40.156/2006, para garantir a liberdade de escolha sobre a origem da água a abastecer residências ou comércios, com a finalidade de satisfazer as necessidades básicas de consumo e higiene, mesmo em áreas atendidas por serviço de abastecimento público ou privado de água.	16/10/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Flavio Bolsonaro	Jorge Felipe Neto	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/0348a6365136b3e6832580cf0066f82f?OpenDocument&Highlight=0,2399%2F2017	Liberdade de escolha de origem da água para abastecer residências e comércios, para atender as necessidades básicas.
78	PL 4409/18	Determina que as concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, água e gás adequem seu atendimento aos deficientes visuais em todo estado do Rio de Janeiro.	31/05/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Átila Nunes	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/c82e641376853fee832583070053487b?OpenDocument&Highlight=0,4409	Fornecimento de água devidamente tratada a deficientes visuais.
79	PL 2791/17	Estabelece modelos diferenciados de copos, garrafinhas, garrafas e garrafões para envase e venda ao consumidor de água potável purificada e adicionada de sais minerais, comercialmente registradas e autorizadas	25/10/2018 - Encaminhado a mesa diretora	Lucinha	Edson Albertasi	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/1e0e32dbd89b63eb8325811b00555c5e?OpenDocument&Highlight=0,2791%2F2017	Estabelece parâmetros e padrões mínimos para a correta identificação e diferenciação das embalagens retornáveis da água adicionada de sais, diferenciando-a da água mineral natural e água natural.
80	PL 47/15	Institui a autovistoria obrigatória nos prédios públicos estaduais e suas instalações e dá outras providências.	03/07/2019 - Requerimento de desarquivamento. André Ceciliano.	André Ceciliano	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/f778047801c3881183257de90069f263?OpenDocument&Highlight=0,47%2F2015	Autovistoria nos prédios públicos estaduais para controle e prevenção do desperdício.
81	PL 664/15	Dispõe sobre o plantio obrigatório de árvores em novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados, comerciais ou industriais, no estado do rio de janeiro.	07/10/2019 - Comissão de Política Urbana Habitação e Assuntos Fundiários.	Lucinha, Márcio Canella, Waguinho	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/1332fd37f5a7b04683257e8a005cf64d?OpenDocument&Highlight=0,664	Plantio obrigatório de árvores em novos empreendimentos imobiliários, públicos ou privados
82	PL 491/11	Determina a cobrança da tarifa social pela companhia estadual de águas e esgotos (cedae) às unidades habitacionais dos condomínios do programa de arrendamento residencial (par)	07/06/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Paulo Ramos	Márcio Pacheco	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1115.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/cf83d544bc23b9c58325789600683e12?OpenDocument&Highlight=0,491%2F2011	tarifa social às unidades habitacionais dos condomínios do programa de arrendamento residencial (par)
83	PL 2856/14	Dispõe sobre a cobrança de tarifas pelas concessionárias e permissionárias de serviços de água e esgoto do estado do rio de janeiro.	16/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Luiz Paulo, Zaqueu Teixeira	Jorge Felipe Neto	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1115.nsf/Oc5bf5cde95601f903256caa0023131b/c017b74a2fa1049b83257ca7005e7e40?OpenDocument&Highlight=0,2856%2F2014	cobrança de tarifas pelas concessionárias e permissionárias de serviços de água e esgoto do estado

84	PL 111/15	Institui a política estadual de incentivo ao uso da energia solar	22/06/2016 - Comissão de Minas e Energia	Minc	Waguinho	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f639c2c5b9f3459ab83257dfe006d88d7?OpenDocument&Highlight=0,111%2F2015	política estadual de incentivo ao uso da energia solar
85	PL 1242/12	Dispõe sobre a continuidade da prestação de serviços essenciais aos consumidores desempregados no âmbito do estado do rio de janeiro.	27/06/2018 - Comissão de Constituição e Justiça	Luiz Martins	Edson Albertasi	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1115.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f764f527935131ad8325799d005635e2?OpenDocument&Highlight=0,1242%2F2012	continuidade da prestação de serviços essenciais aos consumidores desempregados
86	PL 408/11	Dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado e dá outras providências.	04/12/2019 - Comissão de Defesa do Meio Ambiente.	André Lazaroni	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1115.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/bfe23d644342a19783257877006885b2?OpenDocument&Highlight=0,408%2F2011	Águas Subterrâneas
87	PL 3847/18	Vedação de cobrança de tarifa pela instalação de aparelhos medidores ou limitadores de consumo.	03/09/2019 - Comissão de Constituição e Justiça	Bruno Dauaire	Rosenverg Reis	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f5a3bb6fd7092be783258242005de59f7?OpenDocument&Highlight=0,3847	Proíbe a cobrança, pelas empresas delegatárias de serviços de abastecimento de água e esgotamento, de qualquer tarifa, pela instalação de aparelhos medidores ou limitadores do consumo.
88	PL 1233/2019	Determina o tombamento da lagoa de Araruama e da pesca artesanal praticada em toda a sua extensão, como patrimônio ambiental, histórico e cultural do estado do rio de janeiro.	09/12/2020 -Ofício do Executivo - Comunicar veto total	SUBTENENTE BERNARDO, LUIZ PAULO	Márcio Pacheco	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThjMWkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVlMDAxOGQ4MzMvNWJkOTU5YzRlMDkwnTM3NDgzMjU4NDcwMlDA0OGM1ZjM/T3BlbkRvY3VtZW50	Determina o tombamento da lagoa de Araruama e da pesca artesanal praticada em toda a sua extensão.
89	PL 1293/19	Dispõe sobre a proteção do consumidor de serviços de água e esgoto.	16/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Martha Rocha	Jorge Felipe Neto	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThjMWkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVlMDAxOGQ4MzMvNDhiZWRmODlE2NmY0ZTg5MzgzMjU4NDc5MlDA2MWNhODI/T3BlbkRvY3VtZW50	Dispõe sobre a proteção do consumidor de serviços de água e esgoto.

90	PL 1283/2019	Estabelece obrigatoriedade às concessionárias prestadoras de serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário, na forma que menciona, no âmbito do estado do rio de janeiro.	16/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Subtenente Bernardo	Jorge Felipe Neto	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzMvOGQ4OGUwNjGU4ZDhmMTI0ZigzMjU4NDc4MjDA2OTA5YjI/T3BlbkRvY3VtZW50	Estabelece obrigatoriedade às concessionárias prestadoras de serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário, na forma que menciona, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
91	PL 1708/19	Altera o art. 3º da lei nº 1.060 de 10 de novembro de 1986, que "institui o fundo especial de controle ambiental - fecam e dá outras providências".	11/12/2019 - Comissão de Defesa do Meio Ambiente	Poder Executivo	Thiago Pampolha	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjCHjvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzMvN2lyNjZiYmNkYmMyOTQwNjAzMjU4NGM3MDA1YzkzYTM/T3BlbkRvY3VtZW50	Altera o art. 3º da lei nº 1.060 de 10 de novembro de 1986, que "institui o fundo especial de controle ambiental - fecam e dá outras providências".
92	PL 1512/16	Dispõe sobre o uso preferencial de fertilizantes orgânicos por parte da administração estadual.	21/02/20 - Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle - Favorável à emenda 01 e contrário à emenda 02, às Emendas de Plenário ao Projeto de Lei nº3921/2018, com voto em separado Contrário à Emenda nº 01 e Favorável à Emenda 02, do Deputado Rodrigo Bacellar - Relator Original.	Julianelli	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/14b8ccee4243218383257f70004ecc68?OpenDocument&Highlight=0,1512	Determina pela Adm. Púb. o uso de fertilizantes orgânicos nos terrenos de sua propriedade
93	PL 44/15	Dispõe sobre autorização para redução da alíquota de icms de materiais e equipamentos destinados à instalação de sistemas de captação de água de chuva no estado do rio de janeiro	09/11/2018 - Aprovado em 1ª votação. Aguarda a segunda.	Bruno Dauaire	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/dedbd7175747e4c683257de80069aa2d?OpenDocument&Highlight=0,44%2F2015	Permite a redução da alíquota de ICMS dos materiais e equipamentos destinados à instalação de sistemas de captação de água de chuva
94	PL 3188/20	Dispõe sobre a proteção de ecossistemas de manguezais no estado do Rio de Janeiro	08/10/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Gustavo Schmidt	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/02ac6f279b568e24832566ec0018d839/cb54b6352ff1ce83032585fa005ff79e?OpenDocument	Definir os manguezais são Áreas de Preservação Permanente em toda sua extensão, "non aedificandi", que prestam serviços ecológicos fundamentais, regulam o regime hídrico, controlam inundações, purificam a água, promovem a biodiversidade, além de constituírem um recurso de grande valor econômico, científico e recreativo

95	PL 3094/20	Regulamenta os procedimentos para armazenamento de águas pluviais e águas cinza para reaproveitamento e retardo da descarga na rede pública e dá outras providências e revoga a lei nº 7.463, de 18 de outubro de 2016	02/09/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Jorge Felipe Neto	Rosenverg Reis	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/745795b38cee200f032585d6005d976d?OpenDocument&Highlight=0,3094	Reaproveitamento de águas pluviais e reúso de águas cinzas
96	PL 2786/20	Dispõe sobre a criação do programa de proteção e conservação das nascentes de água.	16/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Daniel Librelon	Jorge Felipe Neto	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/5e641e8f54aa82070325859100540133?OpenDocument&Highlight=0,2786	Programa de Proteção e Conservação das Nascentes de Água
97	PL 3404/20	Determina o tombamento da lagoa de Itaipu como patrimônio público ambiental, paisagístico, histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro	03/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Gustavo Schmidt	Carlos Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/a6e679e6ae3ca3c20325863200606c53?OpenDocument&Highlight=0,3404	Tombamento da Lagoa de Itaipu
98	PL 3403/20	Determina o tombamento da lagoa de Piratininga como patrimônio público ambiental, paisagístico, histórico e cultural do estado do Rio de Janeiro	03/12/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Gustavo Schmidt	Carlos Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/600045ac81740f64032586320060132f?OpenDocument&Highlight=0,3403	Tombamento da Lagoa de Piratininga
99	PL 3363/20	Dispõe sobre a aplicação de tarifa progressiva de consumo pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE - e dá outras providências	26/11/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Alexandre Freitas	Marcio Pacheco	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/732a498ff4f29b120325862b006a2a3f?OpenDocument&Highlight=0,3363	Tarifa progressiva de consumo - CEDAE

100	PL 2542/20	Dispõe sobre isenção de tarifa dos serviços prestados pela companhia estadual de águas e esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE), enquanto vigorar a situação de emergência pública do estado do rio de janeiro, em razão novo coronavírus (covid-19).	25/06/2020 - Comissão de Constituição e Justiça - Pela constitucionalidade, com emendas, concluindo pelo substitutivo.	Flávio Serafini	Márcio Pacheco	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr/o1923.nsf/18c1dd68f96be3e7832566ec0018d833/f5685543d47f495f03258560005e66fe?OpenDocument&Start=1&Count=200&Collapse=1.1.1	Isenção de tarifa da CEDAE, em função da COVID-19.
101	PL 2524/20	Dispõe sobre a isenção da cobrança de fatura pela companhia estadual de águas e esgotos (CEDAE), a igrejas evangélicas e católicas, e templos religiosos, enquanto perdurar a pandemia do covid-19.	23/06/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Rosenverg Reis	Márcio Pacheco	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c0289c10cf122ed60325855e006870b4?OpenDocument&Highlight=0.2524	Isenção de tarifa da CEDAE, em função da COVID-19.
102	PL 2466/20	Dispõe sobre cobrança de tarifa de esgoto pelas companhias de saneamento básico do estado, após comprovação da efetiva prestação do serviço tarifado	30/04/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Daniel Librelon	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/b2698d09558b3ca9032585590055e978?OpenDocument&Highlight=0.2466	cobrança de tarifas pelas concessionárias e permissionárias de serviços de água e esgoto do estado
103	PL 2373/20	Autoriza o poder executivo a isentarem as contas de água, luz e gás das microempresas e empresas de pequeno porte urbanas e rurais, cooperativas da agricultura familiar, empreendimentos familiares rurais e microempreendedor individual (MEI) do médio vale paraíba, em casos de emergência ou calamidade pública afim de garantir a continuidade de suas atividades econômicas, na forma que menciona	05/05/2020 - Comissão de Constituição e Justiça - Pela Constitucionalidade	Marcelo Cabeleireiro	Jorge Felipe Neto	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/43e325884c3f12f00325854a005d92b1?OpenDocument&Highlight=0.2373	Isenção de conta de água
104	PL 2225/20	Proíbe a privatização ou desestatização da companhia estadual de águas e esgotos do Rio de Janeiro durante a vigência da situação de emergência decorrente da pandemia de covid-19	26/08/2020 - Comissão de Constituição e Justiça - Retirado de pauta	Renata Souza; Mônica Francisco; Dani Monteiro	Márcio Pacheco	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3242712ef9d29fa00325853c004d98c0?OpenDocument&Highlight=0.2225	Privatização CEDAE

105	PL 1931/20	Cria o programa de auxílio financeiro às famílias vítimas dos desastres decorrentes das enchentes e deslizamentos provocados pelas chuvas que atingiram os municípios das regiões norte e noroeste do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências	05/08/20 - Comissão de Constituição e Justiça	Márcio Pacheco	Rodrigo Bacellar	http://www3.aleri.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvMmGU1YzkxZjM5NjhiOWI5YTZzMjU4NTEzMDA2NDIzMTI/T3BibkRvY3VtZW50	Programa de auxílio financeiro às famílias vítimas dos desastres decorrentes das enchentes e deslizamentos provocados pelas chuvas que atingiram os municípios das regiões norte e noroeste
106	PL 2009/20	Veda a interrupção do fornecimento de água por inadimplência provocada pela propagação do novo coronavírus (covid-19), nos termos do decreto estadual nº 46.973/20, de 16 de março de 2020	19/03/20 - retirado da Ordem do Dia	Waldeck Carneiro; Flavio Serafini; e outros	Carlos Minc	http://www3.aleri.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvMmZlMmNDYxOGQ5ZWVjMDRkZTAzMjU4NTJlMjA1YjI5ZDA/T3BibkRvY3VtZW50	Veda a interrupção do fornecimento de água por inadimplência
107	PL 1941/20	Dispõe sobre medidas de proteção das baías fluminenses, na forma que menciona.	15/10/20 - Emenda	Waldeck Carneiro	Rodrigo Amorim	http://www3.aleri.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvMmMk4YzJmNTE3ODJlZTFiZiAzMjU4NTIwMDA1NTJmM2Q/T3BibkRvY3VtZW50	Dispõe sobre medidas de proteção das baías fluminense
108	PL 1803/20	Dispõe sobre o investimento de parte do lucro da CEDAE nas estações de tratamento de água existentes nos rios da bacia hidrográfica do rio Guandu	17/12/20 - Comissão de Constituição e Justiça	Eliomar Coelho	Luiz Paulo	http://www3.aleri.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvYjIhNmJlN2FiMmV3NTdlOTAzMjU4NTA0MDA1MDMxMmE/T3BibkRvY3VtZW50#	Obrigatoriedade de investimento de parte do lucro da CEDAE nas estações de tratamento de água existentes nos rios da bacia hidrográfica do rio Guandu
109	PL 1799/20	Determina a responsabilidade do gestor dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto no estado do Rio de Janeiro.	05/02/20 - Comissão de Constituição e Justiça	Waldeck Carneiro	Márcio Pacheco	http://www3.aleri.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjchJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvMmZlY0MTQzODQzNWY1YTVkYTZzMjU4NTA0MDA0ZGRkMjM/T3BibkRvY3VtZW50	Responsabilidade do gestor dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto

110	PL 1723/19	Dispõe sobre o licenciamento ambiental do estado do Rio de Janeiro	28/08/20 - Comissão de Constituição e Justiça	Marcelo Cabelheiro	Rodrigo Bacellar	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NicHJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNihmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzMvMWM2OTk4YzRiZmJkMTU1NDgzMjU4NGM0MDA1ZGQxNiU/T3BlbkRvY3VtZW50	Demarcação de FMP, Procon água e outros.
111	PL 1637/19	Proíbe a cobrança de ICMS sobre os serviços públicos estaduais próprios, delegados, terceirizados ou privatizados de água, luz, telefone e gás a igrejas e templos de qualquer crença e demais instituições que elenca, e dá outras providências.	19/12/19 - Vai a redação final	Márcio Gualberto; Rosenverg Reis; e outros	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NicHJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNihmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzMvOWYwOGExNWNiODg5YmRlMjAzMjU4NGI3MDA2NmNiNTI/T3BlbkRvY3VtZW50#	Proíbe a cobrança de ICMS sobre os serviços de água
112	PL 1617/19	Dispõe sobre o programa limpa rio, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.	18/11/19 - Comissão de Constituição e Justiça	Rosenverg Reis	Rodrigo Bacellar	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4866c318da65c0fa832584b2005e9c64?OpenDocument&Highlight=0.1617	Programa Limpa Rio
113	PL 1602/19	Dispõe sobre a criação da delegacia eletrônica de proteção ao meio ambiente.	17/03/20 - Comissão de Defesa do Meio Ambiente	Daniel Librelon	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NicHJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNihmOTZiZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzMvZiY1NiZhNjg0ZDcyNmVhNjgzMjU4NGlxMDA1NWQ5YiU/T3BlbkRvY3VtZW50	Delegacia eletrônica de proteção ao meio ambiente.
114	PL 1533/19	Dispõe sobre a implantação de tratamento de efluentes por tecnologias sustentáveis no estado do Rio de Janeiro.	30/10/19 - Comissão de Constituição e Justiça	Martha Rocha	Carlos Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/1e7469ae26eb826183258494005a798e?OpenDocument&Highlight=0.1533	Implantação de tratamento de efluentes por tecnologias sustentáveis.

115	PL 1516/19	Dispõe sobre o direito do usuário de serviço de distribuição de água ao ressarcimento em casos de interrupção da prestação dos serviços	24/10/19 - Comissão de Constituição e Justiça	Alana Passos	Rodrigo Bacellar	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NlcHJvMTkyMy5uc2YvMDEvY2ZlZiFmMicyYzBYzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzEvOGZzMGIYIYVzIQ5NGVzZTgzMjU4NDIjMDA1ZWZmYjg/T3BibkRvY3VtZW50	Ressarcimento em casos de interrupção da prestação dos serviços de água
116	PL 1341/19	Altera a lei nº 4.824 de 24 de julho de 2006 que dispõe sobre a proibição do corte no fornecimento de energia elétrica, água, gás e telefone, nos horários e dias determinados e dá outras providências.	16/12/20 - Comissão de Constituição e Justiça	Val Ceasa	Jorge Felipe Neto	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NlcHJvMTkyMy5uc2YvMDEvY2ZlZiFmMicyYzBYzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzEvNGFhYzMTMxN2MwZDMxMjgzMjU4NDc5MDA0ZTFkZDc/T3BibkRvY3VtZW50	Proibição do corte no fornecimento de água nos horários e dias determinados
117	PL 2564/13	Cria o cadastro estadual de pessoas físicas ou jurídicas e de veículos que exploram o transporte de água potável no estado do Rio de Janeiro	28/06/19 - Distribuição	André Ceciliano; Luiz Paulo	-	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr_o1115.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c349cb3f8e2edd1883257c140047e43e?OpenDocument&Highlight=0.2564	Cadastro estadual de pessoas físicas ou jurídicas e de veículos que exploram o transporte de água potável
118	PL 2192/20	Determina a concessão da isenção para o pagamento dos serviços públicos, das concessionárias de água / esgoto e energia elétrica, em relação aos microempreendedores individuais e autônomos, durante o período de pandemia de corona vírus, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.	25/06/20 - Requerimento de urgência	Marcelo Cabeleireiro	-	http://alerjln1.alerj.ri.gov.br/scpr_o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ca2e18d419e36e49032585350060bcd0?OpenDocument&Highlight=0.2192	Isenção para o pagamento de água
119	PL 3248/20	Ficam as concessionárias e permissionárias que prestam serviço público de saneamento básico, no âmbito do estado do rio de janeiro, obrigadas a publicar nas plataformas digitais e meios de comunicação, todo o processo realizado para tratamento do esgoto.	23/10/2020 - Comissão de Constituição e Justiça	Daniel Librelon	-	http://www3.alerj.ri.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NlcHJvMTkyMy5uc2YvMThiMWVlRkNjhmOTZlZTNINzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzEvMWFhYjYkxOGI3NTU2NzE3YzAzMjU4NjA5MDA2MDY3Njg/T3BibkRvY3VtZW50	As concessionárias e permissionárias que prestam serviço público de saneamento básico no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, obrigadas a publicar nas plataformas digitais e meios de comunicação todo o processo realizado para tratamento do esgoto

PL 2073/16	Obriga empresas responsáveis pela elaboração de projetos habitacionais a apresentar plano de arborização e paisagismo.	21/12/2016 - Comissão de Constituição e Justiça para Presidente da Alerj	Waldeck Carneiro	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/25669dd0b156bc683258020005c04d8?OpenDocument&Highlight=0,2073	Obriga que em projetos habitacionais haja apresentação do plano de arborização e paisagismo das áreas a serem construídas. Anexado ao PL 664/15.
PL 8/15	Dispõe sobre a criação do programa de captação de água da chuva.	13/04/2015 - A imprimir. Faça-se à anexação (ao PL 876/2011). Em 10/04/2015	Iranildo Campos	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/dfa69df61218620483257de10073563e?OpenDocument&Highlight=0,8%2F2015	Cria o Programa de Água da Chuva, objetivando a captação, armazenamento e utilização das águas pluviais pelas edificações públicas do Estado. Anexado ao PL 876/11.
PL 2554/20	Determina a concessão da isenção do pagamento de água/esgoto e energia elétrica para microempreendedores individuais e autônomos durante o período de pandemia de corona vírus.	15/06/2020 - A imprimir. Faça-se a anexação do PL 2608/2020. Em 10/06/2020.	Marcelo Cabelheiro; Val Ceasa; Anderson Alexandre; Giovanni Ratinho	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/9075a7c8afe4f4020325856100015ced?OpenDocument&Highlight=0,2554	Isenção de conta de água. Anexado aso PLS 2192/20 e 2608/20
PL 372/15	Dispõe sobre a instalação de sistema de coleta para captação de água de chuva nos projetos arquitetônicos dos prédios públicos pertencentes ao estado do rio de janeiro.	18/04/2016 - A imprimir. Faça-se a anexação ao PL 876/2011. Em 22/04/15	Waldeck Carneiro	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ede63648aa250d3483257e3c0064abf7?OpenDocument&Highlight=0,372%2F2015	No projeto arquitetônico para edificação e/ou reforma de prédios públicos pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro, será incluída a instalação de reservatórios/cisternas para captação da água de chuva, para fins de economia, sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Anexado ao PL 876/11.
PL 876/11	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de reaproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos.	04/03/20 - A imprimir. Faça-se a anexação do PL 1532/2019. Em 03/03/2020.	Átila Nunes	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1115.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/273d43f43ebf886f83257913005d6b76?OpenDocument&Highlight=0,876%2F2011	Apensado ao PL 1532/19 . Obrigatoriedade de instalação de sistema de reaproveitamento de águas de chuva na construção ou reforma de prédios públicos
PL 124/15	Dispõe sobre a criação do sistema de reaproveitamento da água da chuva para utilização não potável nos prédios públicos da administração direta e indireta do estado do rio de janeiro.	24/04/2015 - Distribuição	Renato Cozzolino	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/a1aeb2e0fc55463683257e04005e356c?OpenDocument&Highlight=0,124%2F2015	Cria o Sistema de Reaproveitamento da Água de Chuva, que consiste na instalação de reservatórios para a captação de águas pluviais em todos os prédios da administração direta e indireta da administração do Estado. Anexado ao PL 846/11
PL 71/15	Dispõe sobre o fornecimento de água por carros pipa aos moradores do estado do rio de janeiro e dá outras providências	19/03/2015 - Comissão de Constituição e Justiça	Zito	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/e5c1b3a4c3049d9383257df70068abe5?OpenDocument&Highlight=0,71%2F2015	Anexado ao PL 2564/13 . Obriga o fornecimento de nota fiscal quando da contratação de carro-pipa.

PL 7/15	Cria o programa de aproveitamento da água emergente de lençol freático em edificações.	08/05/2017 - A imprimir. Faça-se à anexação (do PL 408/2015). Em, 05/05/17	Iranildo Campos	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/b82f485d09deb63c83257e10072995f?OpenDocument&Highlight=0.7%2F2015	Programa de Aproveitamento da Água Emergente de Lençol Freático em Edificações. Anexado ao PL 408/11.
PL 1582/16	Autoriza o poder executivo a conceder isenção total das tarifas de água, esgoto e luz elétrica às famílias vítimas de enchentes no estado do rio de janeiro durante período determinado e dá outras providências.	12/11/2019 - Arquivo	Zeidan	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/2a08504527bd281b83257e10072995f?OpenDocument&Highlight=0.1582%2F2016	Isenção total das tarifas de água, esgoto e luz elétrica às famílias e comerciantes vítimas de enchentes no Estado. Anexado ao PL 316/19, que foi anexado ao PL 1582/16.
PL 1029/15	Dispõe sobre a criação da campanha a respeito do uso racional da água e de conscientização acerca da crise hídrica no âmbito da rede estadual de ensino no estado do rio de janeiro.	02/03/2016 - A imprimir. Faça-se a anexação (ao PL 443/2015). Em 01/03/2016	Julianelli	Chiquinho da mangueira	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/619bf62454ed4f7c83257e10072995f?OpenDocument&Highlight=0.1029%2F2015	Institui, na rede estadual de educação, a campanha sobre o uso racional da água e de conscientização acerca da crise hídrica. Anexado ao PL 443/15.
PL 1532/19	Dispõe sobre a implantação de cisternas para captação, armazenamento e reaproveitamento das águas pluviais nos novos imóveis no estado do Rio de Janeiro.	04/03/20 - A imprimir. Faça-se a anexação (ao PL 876/11).	Martha Rocha	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus/notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMDEyY2ZlZjFmMjcyYzBlYzgzMjU2NmVjMDAxOGQ0MzEvNWQ2ODhjMDY4MjU1YTBmMDgzMjU4NDk0MDA1YzNjYTA/T3BibkRvY3VtZW50	Reaproveitamento das águas pluviais. Anexado ao PL 876/11
PL 298/15	Autoriza o poder executivo a implantar e aplicar a tarifa social de água e esgoto destinada a aposentados, idosos, portadores de deficiência e família de baixa renda	03/01/2019 - Encaminhado a Secretaria Geral da Mesa Diretora por final de Legislatura (Anexado ao PL 491/2011) . Em 11/09/20015	Nivaldo Mulim	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/1b633ab330e269a883257e20006d682f?OpenDocument&Highlight=0.298	Anexado ao PL 491/11
PL 316/19	Isenta de tarifa de energia elétrica e de água e esgotos os consumidores atingidos por inundações e dá outras providências.	13/06/2019 - Faça Anexação ao PL 1582/16	Val Ceasa	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus/notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMjU1YTBmMDgzMjU4NDk0MDA1YzNjYTA/T3BibkRvY3VtZW50	Isenta de tarifa de energia elétrica e de água e esgotos os consumidores atingidos por inundações e dá outras providências. Faça Anexação ao PL 1582/16, que é anexado ao PL 316/19.
PL 3548/17	Dispõe sobre a prevenção de incêndios e queimadas florestais no âmbito do estado do rio de janeiro	16/05/2018 -A imprimir. Faça a anexação (ao PL 976/2015). Em 15/05/2018.	Zito	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/82646376ad60683e8325819b005a4960?OpenDocument&Highlight=0.3548	Exige reservas técnicas, para prevenir e debelar incêndios, nas Ucs. Anexado ao PL 976/15.

PL 1591/16	Dispõe sobre o fornecimento de água encanada e coleta de esgoto aos consumidores desempregados e dá outras providências.	27/06/2016 - A imprimir. Faça-se à anexação (ao PL 1242/2012). Em, 24/06/2016	Enfermeira Rejane	-	http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/422e4100de0313ab83257f86006c8d9a?OpenDocument&Highlight=0.1591%2F2016	Garante o fornecimento de água a trabalhadores comprovadamente desempregados. Anexado ao PL 1242/12.
PL 83/15	Proíbe a cobrança por parte das empresas públicas estaduais, municipais ou particulares, fornecedoras de água, de valores superiores aos registrados nos hidrômetros no âmbito do espaço geográfico do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	19/03/2015 - A imprimir. Faça-se a anexação (ao PL 38/2015). Em 18/3/15	Minc	Renato Cozzolino	http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/00a0a5224db89f5183257df800760dbd?OpenDocument&Highlight=0.83%2F2015	Proíbe a cobrança por parte das empresas fornecedoras de água, de valores superiores aos registrados nos hidrômetros no âmbito do espaço geográfico do Estado, incluindo a tarifa social. Anexado ao PL 38/15, que está arquivado.
PL 463/15	Altera a lei nº 3266, de 6 de outubro de 1999, que “proíbe a cobrança de icms nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto, santas casas de misericórdia, associações brasileiras beneficiadas de reabilitação – abbrs, associação fluminense de reabilitação – afr, associações de pais e amigos dos excepcionais – apaes e associações pestalozzi..”	04/04/2016 - A imprimir. Faça-se à anexação (ao PL 271/2015). Em 01/04/2016.	Tânia Rodrigues	-	http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/de8b8047101cb5a83257e520056805b?OpenDocument&Highlight=0.463	Proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais – energia, água e gás – de Igrejas, Templos de qualquer culto, Santas Casas de Misericórdia, Associações e Instituições de Pessoas com Deficiência. Anexado ao PL 271/15.
PL 3893/18	Altera inciso I do artº 49 da lei nº 3239, de 02 de agosto de 1999, que institui a política estadual de recursos hídricos; cria o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos; regulamenta a constituição estadual, em seu artigo 261, parágrafo 1º, inciso VII; e dá outras providências; e inciso II do artº 11 da lei 4247 de 16 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos de domínio do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	20/06/2018 - Anexado ao PL 3873/18.	Julianelli	André Lazaroni	http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c0390ec1f595e7518325824f005c6877?OpenDocument&Highlight=0.3893	Permite a aplicação de recursos em bacias diferentes da arrecadadora, desde que devidamente justificado e aceito por ambos os comitês, com a aprovação pelo CERHI. Esse PI foi construído junto com o Conselho. Anexado ao PL 3873/18.
PL 349/15	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação da tarifa mínima nas contas de consumo de água cobradas por estimativa e dá outras providências.	21/02/2018 - Pela Anexação ao Projeto de Lei nº 2856/2014	Zaqueu Teixeira	Milton Rangel	http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/056dfe8d6563a06383257e350063434b?OpenDocument&Highlight=0.349%2F2015	Obriga a aplicação de tarifa mínima nas contas de consumo de água e esgoto, cujas medições forem realizadas por estimativa. Pela Anexação ao Projeto de Lei nº 2856/14.
PL 3439/17	Regulamenta o art. 225, §1º, inciso v da constituição federal que dispõe sobre o controle, a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, e dá outras providências	29/08/2019 - Faça-se a anexação ao PL 1931/2013.	Minc	-	http://alerjin1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/50e48e629714c204832581a8006a5c9c?OpenDocument&Highlight=0.3439	Controle de agrotóxico. Anexado ao PL 1931/13.

PL 1915/20	Dispõe no âmbito do estado do Rio de Janeiro sobre a proibição de cobrança da tarifa de esgoto em locais onde não há acesso ao serviço.	23/11/20 - anexação	Coronel Salema	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzVvM2ZkNTlyMjEwYiU4NDE2NDZMjU4NTEvMDA0ZmRhNzg/T3BlbkRvY3VtZW50#	Dispõe no âmbito do estado do Rio de Janeiro sobre a proibição de cobrança da tarifa de esgoto em locais onde não há acesso ao serviço. Anexado ao PL 2098/04.
PL 2098/04	Veda a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário nas localidades onde este serviço não é prestado diretamente pela concessionária	23/09/09 - Comissão de Constituição e Justiça - Deferido	André Correia	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr_o0307.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/36e4fe41cfc8491783256de2006dd0f?OpenDocument&Highlight=0,2098	Veda a cobrança de tarifa de esgotamento sanitário nas localidades onde este serviço não é prestado. Anexado ao PL 2229/09 e o PL 2229/09 está anexado ao PL 2098/04.
PL 137/15	Autoriza o poder executivo a criar o programa estadual de fomento a cooperativas de produção de energia solar e fotovoltaica no estado do rio de janeiro.	25/03/2015 - Deferido. Faça-se a anexação (ao PL 111/2015). 24/03/2015	Bruno Dauaire	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr_o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/e8d32c8819b9c6d483257dfe005db55b?OpenDocument&Highlight=0,137%2F2015	Cria o Programa Estadual de Fomento a Cooperativas de Produção de Energia Solar e Fotovoltaica. Anexado ao PL 111/15.
PL 3511/17	Dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de água e esgoto das entidades filantrópicas atuantes nas áreas de saúde e educação, na forma que menciona.	18/10/2019 -Arquivo.	Marcos Abraão	Rafael Piciani	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr_o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/5bf1ca1f31ad2694832581b5006d4c28?OpenDocument&Highlight=0,3511	Isenta da taxa de água e esgoto as entidades filantrópicas atuantes nas áreas de saúde e educação
PL 2095/20	Autoriza o poder executivo a conceder redução de tarifa dos serviços públicos essenciais de água, energia elétrica e gás aos consumidores durante o plano de contingência para combate da doença covid-19 causada pelo novo coronavírus.	25/09/20 - Arquivo	Rodrigo Amorim	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzVvMTkyOTYyZDQSYzU2NWjIMTAzMjU4NTM1MDA1OTU5NzM/T3BlbkRvY3VtZW50	Redução de tarifa de água
PL 2057/20	Autoriza o poder executivo a conceder isenção do icms nas contas de água, esgoto, energia elétrica, comunicações, gás e combustíveis às empresas privadas que sofrerem restrição de funcionamento em casos de emergência ou calamidade pública no estado do Rio de Janeiro.	22/09/2020 - Arquivo	Mônica Francisco	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzVvMjYyMjYyYy5Zjk0ZjkzMzAzMjU4NTM1MDA1MTJjNmM/T3BlbkRvY3VtZW50	Isenção de ICMS nas contas de água
PL 2021/20	Dispõe sobre a vedação da interrupção da prestação de serviços públicos essenciais, como abastecimento de água, captação e tratamento de esgoto, distribuição de energia elétrica e gás, a toda população do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	22/09/2020 - Arquivo	Gustavo Tutuca	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThjMW_RkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzVvMzgzMjYyYy5YmFIZjI5OWQ5NTAzMjU4NTJlMDA1MDBiYTE/T3BlbkRvY3VtZW50	Veda a interrupção da prestação de serviços públicos essenciais, como abastecimento de água, captação e tratamento de esgoto

PL 3567/17	Cria na classificação de usuários por economia, para o fim de enquadramento na estrutura tarifária das empresas públicas e privadas prestadoras dos serviços públicos de água e esgoto a categoria não residencial, e dá outras providências.	24/01/20 - Ao arquivo.	Chico Machado	Serginho	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/396411f34288c6c6832581c3005b40b0?OpenDocument&Highlight=0,3567	Classifica de usuários por economia para fins de tarifa de água
PL 431/19	Dispõe sobre a obrigatoriedade de captação de águas pluviais, por reservatórios, pelos mercados e hipermercados, no estado do rio de janeiro, da forma que menciona.	13/06/2019 - Arquivo	Brazão	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThiMWkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVlMDAxOGQ4MzVvNDk2ZTZqNTgzWY2NiYTIwNjgzMjU4M2U3MDA1MWI4NmM/T3BlbkRvY3VtZW50	captação de águas pluviais, por reservatórios, pelos mercados e hipermercados
PL 976/15	Dispõe sobre a criação de um centro estadual especializado em combate a incêndios florestais e demais formas de vegetação e dá outras providências	18/10/2019 - Arquivo	Nivaldo Mulim	Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f4059fd0c13cfff183257ed6005f202c?OpenDocument&Highlight=0,976%2F2015	Prevenção e controle de incêndios através de Centro Estadual Especializado em Combate a Incêndios Florestais, dando atribuição ao inea de elaborar Plano Estadual de Combate a Incêndios Florestais.
PL 2046/16	Autoriza o poder executivo a criar o fundo especial da baía da guanabara e dá outras providências.	13/12/2019 - Arquivo.	Comissão especial	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/20923b3f703f188183257ffb0075540c?OpenDocument&Highlight=0,2046	Cria o Fundo Especial da Baía da Guanabara, com recursos do FECAM, da dívida ativa e outros.
PL 2026/20	Dispõe sobre a tarifa dos serviços prestados pela companhia estadual de águas e esgoto do rio de janeiro (CEDAE).	01/09/20 - Arquivo	Luiz Paulo; Lucinha; e outros	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMThiMWkNjhmOTZiZTNlNzgzMjU2NmVlMDAxOGQ4MzVvZWRhZTU2MlWFmMmQxNDRmZiAzMjU4NTJmMDA1ODZmNTM/T3BlbkRvY3VtZW50	Tarifa de água
PL 2994/17	Dispõe sobre a recomposição de reserva legal de imóvel rural, no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	18/10/19 -Arquivo	Figueiredo	Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/c591df039d17ea57832581450070dc06?OpenDocument&Highlig	Reserva legal

PL 3644/17	Dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias responsáveis pela prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em atuação na região dos lagos pela realização da dragagem da lagoa de araruama.	13/06/19 - Ao arquivo.	Jânio Mendes	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/314d44eb1eb2fed8832581e6004b63db?OpenDocument&Highlight=0,3644%2F2017	Região dos lagos: obriga as concessionárias a realizarem a dragagem da Lagoa de Araruama
PL 3782/18	Cria a política estadual de educação de consumo sustentável no estado do rio de janeiro.	20/09/2019 - Arquivo	Luiz Martins	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/1095795eae1e44d8325822c004fd2e1?OpenDocument&Highlight=0,3782	Política Estadual de Educação de Consumo Sustentável que tem dentre os seus objetivos: estimular o consumo consciente de água.
PL 1373/16	Trata da obrigatoriedade de instalação de equipamento para eliminar ar na tubulação do sistema de abastecimento de água.	07/02/2019 - Arquivo	Bruno Dauaire	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/df057c3b1e8c5b8483257f1c004c5adb?OpenDocument&Highlight=0,1373	Obriga as concessionárias a instalarem dispositivo para eliminar o ar da tubulação do sistema de abastecimento de água, antes dos hidrômetros de cada imóvel consumidor
PL 2129/20	Estabelece tratamento tributário especial nas operações residenciais de fornecimento de água e esgoto, de energia elétrica e dos serviços de telecomunicação pelo período que durar o plano de contingência do novo coronavírus (covid-19) da secretaria de estado de saúde	25/09/20 - Arquivo	Enfermeira Rejane	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1923.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/6931370d8aa69b6032585350055e52d?OpenDocument&Highlight=0,2129	Tratamento tributário especial nas operações residenciais de fornecimento de água e esgoto.
PL 1552/16	Dispõe sobre obrigação de instalação de bebedouros de água potável nos aeroportos e nas rodoviárias no âmbito do estado do rio de janeiro.	22/10/2018 - Ao Arquivo.	Geraldo Pudim	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/d49bdd123e7b6e4483257f79005345f0?OpenDocument&Highlight=0,1552	Obrigaçao de intalação de bebedouros nos aeroportos e as rodoviárias.
PL 3118/17	Determina que toda dívida de fornecimento de tarifa de água pela cedae, deva ser cobrada do devedor titular, e não poderá ser vinculada ao imóvel.	28/06/2019 - Arquivo	Iranildo Campos	Rafael Piciani	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ac04a346f79f67f88325816f0060c426?OpenDocument&Highlight=0,3118%2F2017	Toda dívida de água fornecida pela CEDAE devará ser cobrada do devedor titular da dívida, e não devará ser vinculada ao imóvel. Não poderão ser cobrados débitos de pagamentos superiores a três meses.
PL 2351/17	Dispõe sobre a proibição de inclusão de parcelas opcionais e a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de tv, acesso à internet, fatura de cartão de crédito ou quota condominial, na mesma fatura ou boleto bancário, no âmbito do estado do rio de janeiro.	18/10/2019 - Arquivo	Renato Cozzolino	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/0b8ebf1e60be8913832580c1007dda14?OpenDocument&Highlight=0,2351	Proibe a inclusão de parcela opcional bem como a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de TV, acesso à internet, fatura de cartão de crédito ou quota condominial, na mesma fatura ou boleto bancário.
PL 49/15	Torna obrigatório à exigência de tratamento secundário em estações de esgotos sanitários, antes de seu lançamento em corpos d'água e dá outras providências	28/06/2019 - Arquivo.	Minc	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/b7310078ab7472c983257dea006a3682?OpenDocument&Highlight=0,49%2F2015	Exigência de tratamento secundário em ETE

PL 3218/17	Institui a taxa de uso e controle da reserva de domínio do espelho d'água no estado do rio de janeiro	03/02/2019 - Arquivo.	Nivaldo Mulim	Filipe Soares	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/43f0c7a5dad8f9a68325817c005fab2?OpenDocument&Highlight=0,3218	Regula o uso do espelho d'água de águas interiores. Institui compensação aos setores pesqueiro e aqüicultor.
PL 2669/17	Proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de tv ou acesso à internet, na mesma fatura, ou de modo que possa induzir o consumidor a erro.	18/10/2019 - Arquivo	Figueiredo	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3284e96eb7d12138832581080067da63?OpenDocument&Highlight=0,2669	Proíbe a cobrança de bens ou serviços alheios ao fornecimento de luz, água, telefone, gás, sinal de TV ou acesso à internet, na mesma fatura
PL 2816/17	Dispõe sobre a veiculação nas contas de água, de advertência sobre os riscos de água parada quanto à transmissão de dengue, zika, febre amarela e chikungunya, e dá outras providências.	18/10/2019 - Arquivo.	Silas Bento	Chiquinho da mangueira	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/b05fecaf02e672b78325811b0049fdea?OpenDocument&Highlight=0,2816%2F2017	Informe na conta de água sobre: dengue, zika, febre amarela e chikungunya
PL 612/15	Dispõe sobre a ligação irregular de efluentes à rede pública de esgotamentos sanitários e dá outras providências	18/10/2019 - Arquivo	Tania Rodrigues	Chiquinho da mangueira	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/40d77b5d888fc01383257e970057b7cb?OpenDocument&Highlight=0,612%2F2015	Exige instalação predial de esgoto sanitário do tipo separador absoluto, para fins de interligação à rede coletora
PL 92/15	Dispõe sobre a obrigação de informar o consumo de água e energia das instituições públicas do estado do rio de janeiro.	21/08/2020 - Arquivo	Bruno Dauaire	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ca0e76a9d4073b3683257dfe005c7f30?OpenDocument&Highlight=0,92%2F2015	Obrigação dos órgão da administração pública de informar mensalmente seu consumo de água e energia.
PL 3599/17	Obriga empresas concessionárias do serviço de água a instalar bloqueador de ar mediante solicitação do consumidor no âmbito do estado do rio de janeiro.	18/10/2019 - Arquivo	Figueiredo	Rafael Piciani	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/8af799cae771699b832581ca005527d0?OpenDocument&Highlight=0,3599%2F2017	Obriga as empresas concessionárias do serviço de abastecimento de água a instalarem, por solicitação e as custas do consumidor, equipamento bloqueador de ar, localizado antes ou depois do hidrômetro, na tubulação de seu imóvel.
PL 1065/15	Dispõe sobre a obrigatoriedade de indústrias situadas no estado do rio de janeiro instalarem equipamentos de geração de energia elétrica fotovoltaica, solar, térmica e/ou eólica	18/10/2019 - Arquivo	Tiago Mohamed	Jorge Felipe Neto	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/54f80c83fe1c5ceb83257eeb005aee79?OpenDocument&Highlight=0,1065	Obriga as indústrias que tiverem em seu quadro 100 ou mais empregados, ficam obrigadas a instalar equipamentos de geração de energia elétrica fotovoltaica e/ou eólica.
PL 252/15	Dispõe sobre a criação do programa de identificação, cadastramento e preservação de nascentes de água no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências	18/10/2019 - Arquivo	Marcelo Simão	Rafael Piciani	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3d2043fa66a628a283257e19005934f7?OpenDocument&Highlight=0,252%2F2015	Cria o programa de identificação, cadastramento e preservação de nascentes de água

PL 38/15	Fica extinta a cobrança de assinatura básica e taxa de consumo mínima para as empresas prestadoras de serviços que menciona e dá outras providências.	03/11/2015 - A Imprimir. Ao Arquivo, nos termos da alínea "i", §1º do Art. 26 do Regimento Interno. Em 10/06/2015	Renato Cozzolino	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/9673b82b554181dd83257de4005996e1?OpenDocument&Highlight=0,38%2F2015	Extinção de tarifa de consumo mínimo.
PL 3865/18	Dispõem sobre os procedimentos para o cadastro e para a obtenção de licença para as atividades de criação comercial e comércio de espécies silvestres e exóticas vivas como animais de estimação, a serem observados dentro das políticas de controle e manejo de competência do instituto estadual do ambiental – inea, para o uso comercial de fauna silvestre no estado do rio de janeiro.	13/12/2019 - Arquivo.	André Correia	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/100213f7e4c4a9a38325824300570600?OpenDocument&Highlight=0,3865	Gestão do manejo de espécies da fauna silvestre
PL 109/15	Dispõe sobre a instalação de chuveiros, pela cedae, nas praias do estado do rio de janeiro e dá outras providências	20/09/2019 -Arquivo.	Filipe Soares	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/74049e73ec9dd82c83257df9006a40a3?OpenDocument&Highlight=0,109%2F2015	Obriga a CEDAE a instalar chuveiros de água doce próximo aos quiosques, para utilização gratuita pelos frequentadores nas praias
PL 3927/18	Altera o artigo 40 da lei nº 3239, de 02 de agosto de 1999.	20/09/2019 - Arquivo.	Figueiredo	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4f7f1472c867b2378325825700670786?OpenDocument&Highlight=0,3927%2F2018	Incluir inciso no art. 40 da L. 3.239/99: vedar o uso de água potável que não seja para o consumo humano e promover a utilização de outras formas de água, como água reciclada, água do mar, água pluvial, água de chuva e água servida, para lavagem de logradouros e bens públicos e privados, rega de jardins públicos e privados, irrigação, dentre outras aplicações
PL 3994/18	Dispõe sobre o tombamento por interesse histórico e cultural do estado do rio de janeiro o rio carioca, localizado no município do rio de janeiro, e dá outras providências.	20/09/2019 -Arquivo.	André Correia	Zaqueu Teixeira	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/71ce31ad407c3dfa8325827100533880?OpenDocument&Highlight=0,3994	Tombamento como Patrimônio Histórico e Cultural do rio Carioca.
PL 9/15	Autoriza o poder executivo a criar mecanismos de incentivo a captação da água de chuva.	29/04/2015 - A Imprimir. Ao Arquivo, nos termos dos arts. 142/143 do Regimento Interno	Iranildo Campos	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/44a45287b31ea5c783257de100791871?OpenDocument&Highlight=0,9%2F2015	Tem manifestação pela prejudiciabilidade.
PL 3187/17	Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de empreendimentos que produzam gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação no bioma mata atlântica.	01/02/2019 - Arquivo.	Tio Carlos	Minc	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/5e96854eb48cd97832581760060c4ba?OpenDocument&Highlight=0,3187	Proíbe o licenciamento, a instalação e a construção de qualquer tipo de empreendimento que produza gases ou elementos químicos formadores de chuva ácida em áreas localizadas até 20 km de unidades de conservação.

PL 3790/18	Autoriza o poder executivo a realizar o mapeamento e cadastramento das matas ciliares que precisam ser recompostas no estado.	01/02/2019 - Arquivo.	Nivaldo Mulim	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/4af6498cb3304ed18325822c006288d3?OpenDocument&Highlight=0,3790	Mapeamento e cadastramento das matas ciliares que necessitam ser recuperadas ou reparadas
PL 2896/17	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de calhas coletoras, para captação da água, proveniente dos aparelhos de ar condicionado instalados nos prédios comerciais e residenciais no estado.	09/08/2018 - Arquivo	Figueiredo	Luiz Paulo	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ea3e557e7f7da3bc83258130005a5e6d?OpenDocument&Highlight=0,2896%2F2017	Coletar água de aparelho de ar condicionado.
PL 747/15	Determina a instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo poder público e dá outras providências.	19/02/2016 - Arquivo.	Marcos Muller	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/7b8492d41f8f7c0e83257e910062ff54?OpenDocument&Highlight=0,747%2F2015	Obriga em todas as obras realizadas pelo poder público estadual a instalação de reservatórios coletores de água da chuva
PL 210/15	Determina que os imóveis com 300 m2 ou mais de área construída, deverão instalar cisterna para captação de água das chuvas no âmbito do estado do rio de janeiro.	19/02/2016 - Arquivo	Luiz Martins, Samuel Malafaia	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/7519bfd4ea5e3ee383257e11007023ed?OpenDocument&Highlight=0,210%2F2015	Instalação de cisterna para captação de água da chuva, em imóveis acima de 300 m.
PL 328/15	Cria o programa de reuso de água em postos de gasolina e lava jatos no estado do rio de janeiro, e dá outras providências	09/09/2015 - Ao Arquivo, nos termos dos arts. 142/143 do Regimento Interno. Em 11/06/2015.	Bebeto	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/9520f853c7c1d8dc83257e280045cafb?OpenDocument&Highlight=0,328%2F2015	Obriga o uso de água de reuso em postos de gasolina e lava-jatos.
PL 6/15	Cria no estado do rio de janeiro, o programa estadual de conservação e uso racional da água nas edificações públicas e privadas	07/05/2015 - Deferido. A imprimir. Em 06/05/2015	Iranildo Campos	André Lazaroni	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/01519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/3f3a2dd24fb5dc4783257de10071cbfd?OpenDocument&Highlight=0,6%2F2015	PREJUDICABILIDADE da proposição em questão, conforme solicitação do Relator, Deputado André Lazaroni, em virtude da existência da Lei nº 6.879, de 02/09/2014, que já disciplina a matéria.
PL 1825/20	Veda no estado do Rio de Janeiro a interrupção dos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, por inadimplência, nas sextas-feiras, nos sábados, nos domingos, nos feriados e no dia útil imediato, que anteceda ao feriado.	22/09/20 - Arquivo	Bebeto; Martha Rocha	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMTIjMjVjRkNjhmOTZlZTNlNzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzZMvMGZlMjU0YjNiYzc4ZTY4ODAzMjU4NTA0MDA0MGQ5ZiY/T3BlbkRvY3VtZW50	Veda no estado do Rio de Janeiro a interrupção dos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e de gás, por inadimplência, nas sextas-feiras, nos sábados, nos domingos, nos feriados e no dia útil imediato, que anteceda ao feriado.

PL 2528/20	Estabelece, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, a aplicação do valor mínimo nas faturas de fornecimento de água, energia elétrica e gás natural, do tipo comercial, nos casos de aferição de consumo por estimativa.	29/10/2020- arquivo	Thiago Pampolha, Carlo Caiado	-	http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&url=L3NlcHJvMTkyMy5uc2YvMThiMW_RkNihmOTZiZTNlNzgzMjU2NmViMDAxOGQ4MzVvZWQ0OTY1MGNmYzRkYzNmODAzMjU4NTVmMDA2NmYwNmQ/T3BlbkRvY3VtZW50	Estabelece a aplicação do valor mínimo nas faturas de fornecimento de água nos casos de aferição de consumo por estimativa.
PL 4352/18	Institui a política estadual de incentivo e apoio à construção de cisternas nas propriedades rurais no estado.	01/02/2019 - Arquivo	Figueiredo	Gustavo Tutuca	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/f9c2abd3ceef4d92832582f800603261?OpenDocument&Highlight=0,4352	Construção de cisternas em propriedades rurais.
PL 1095/15	Propõe a implantação de limpeza de fossas sépticas em todo estado do rio de janeiro, conforme especifica	09/08/2017 - A Imprimir. Ao Arquivo, nos termos da alínea "i", §1º do Art. 26 do Regimento Interno. Em, 08/08/2017	Iranildo Campos	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/bd233ecc858fc6d283257ef8005bb841?OpenDocument&Highlight=0,1095	Obriga a CEDAE e outras companhias a realização da limpeza das Fossas Sépticas.
PL 483/15	Dispõe sobre o reuso de água em serviços instalados no âmbito do rio de janeiro e dá outras providências.	07/10/2015 - Comissão de Constituição e Justiça	Rogério Lisboa	Zaqueu Teixeira	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/fdc996d4a9fc78ea83257e5800615a4b?OpenDocument&Highlight=0,483%2F2015	Reuso para lava-jato e postos de gasolina. Prejudicabilidade.
PL 2530/17	Dispõe sobre a realização trimestral de procedimento de inspeção sanitária e coleta de amostras das águas de reservatórios das escolas, creches e unidades de saúde do estado do rio de janeiro.	07/06/2018 - PREJUDICABILIDADE da proposição em questão em virtude da existência da Lei nº 1893, de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a mesma matéria.	Figueiredo	-	http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpr/o1519.nsf/0c5bf5cde95601f903256caa0023131b/ae66e94d1fa6ca78832580f2006a5989?OpenDocument&Highlight=0,2530	Institui a realização semestral de Inspeção Sanitária e Coleta de Amostras das Águas de reservatórios das escolas, creches e unidades de saúde. PREJUDICABILIDADE da proposição em questão, em virtude da existência da Lei nº 1893/1991, que dispõe sobre a mesma matéria. ARQUIVO.

PL que viraram Lei 2016/2020		
Norma:	Ementa:	Andamento:
PL 443/15	Institui a "campanha permanente de incentivo à redução do consumo de água"	12/07/2016 - Lei 7367/16
PL 46/15	Dispõe sobre a concessão de desconto de um trinta avos sobre o valor da tarifa mínima mensal do serviço de água e esgoto, por dia de falta de fornecimento de água no âmbito do estado do rio de janeiro.	12/07/2016 - Lei 7357/16

PL 1967/16	Modifica a lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 que dispõe sobre a criação do instituto estadual do ambiente – inea e sobre outras providências para maior eficiência na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais.	11/01/2017 - Lei 7511/17
PL 296/15	Dispõe sobre a transparência e o acesso público aos dados sobre a qualidade ambiental e informações existentes do monitoramento e qualidade do ar, da água nos órgãos e entidades.	19/12/19 - Lei 8664/19
PL 552/15	Dispõe sobre a Política estadual de desenvolvimento rural sustentável, de agroecologia e de produção orgânica no estado do Rio de Janeiro.	18/11/19 - Lei 8625/19
PL 88/15	Autoriza o poder executivo a instituir o "programa ecolavagem", no âmbito do estado do rio de janeiro.	26/01/2016 - Lei 7196/16
PL 51/15	Altera a lei nº 6879 de 02 de setembro de 2014 que autoriza o poder executivo a instituir o programa 'consumo responsável' no âmbito do estado do rio de janeiro.	04/07/2017 - Lei 7607/18
PL 1458/16	Dispõe sobre a criação de reservatórios para escoamento e reuso do excesso de águas pluviais no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	20/02/2018 - Lei 7772/18
PL 142/15	Dispõe sobre a obrigatoriedade de indústrias situadas no estado do rio de janeiro instalarem equipamentos de tratamento e reutilização de água	06/06/2017 - Lei 7599/18
PL 1558/16	Dispõe sobre os cuidados com o acúmulo de água parada na instalação de placas de sinalização e dá outras providencias.	05/07/2017 - Lei 7609/18
PL 687/15	Regulamenta os procedimentos para armazenamento de águas pluviais e águas cinzas para reaproveitamento e retardo da descarga na rede pública e dá outras providências.	13/10/2016 - Lei 7463/16
PL 1849/16	Dispõe sobre a cobrança de tarifa social pela companhia estadual de águas e esgotos (cedae) aos grêmios recreativos escolas de samba aos grêmios e clubes sócio-recreativos	20/12/2017 - Lei 7810/17
PL 1501/16	Proíbe a cobrança de taxas de religação de serviços essenciais no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.	21/12/2018 - Lei 8265/18

PL 1369/16	Autoriza o poder executivo a contratar empréstimo para compensação das perdas decorrentes dos royalties do petróleo para capitalizar recursos para o fundo de previdência do estado do rio de janeiro - rioprevidência	15/03/2016 - Lei 7217/16
PL 2016/2016	Altera a lei 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.	21/01/2019 - Lei 8298/19
PL 1230/15	“Institui a taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental das atividades de geração, transmissão e ou distribuição de energia elétrica de origem hidráulica, térmica e termo nuclear – tfgc no estado do rio de janeiro”	31/12/2015 - Lei 7184/15
PL 683/15	Dispõe sobre a criação do programa estadual de reintrodução de aves em vias de extinção no estado do rio de janeiro.	24/04/2017 - Lei 7543/17
PL 192/15	Estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a gestão integrada de recursos hídricos no sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos.	09/05/2017 - Lei 7549/17
PL 368/15	Determina a inserção de frases referentes ao consumo consciente de água nas contas da cedae.	12/07/2016 - Lei 7370/16
PLC 10/2015	Dispõe sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, cria a agência executiva da	15/01/2019 - Lei Complementar 184/2018.
PL 4174/18	Declara de relevante interesse ambiental a conservação e a proteção dos ecossistemas de montanha, no território do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.	29/03/2019 - Lei 8020/19.
PL 2301/20	Autoriza o poder executivo ampliar para 25m3 o volume mensal de água estimado para unidades residenciais de consumidores nas áreas identificadas como de interesse social, constantes do decreto nº 25438 de 21 de julho de 1999, enquanto durar o estado de calamidade em decorrência do coronavirus (covid-19) decreto nº 46.984 de 20 de março de 2020.	24/08/20 - Lei 8984/20
PL 487/15	Dispõe sobre a utilização de energia solar e captação de água da chuva, em arenas e estádios esportivos, no estado do rio de janeiro.	12/07/2016 - Lei 7307/16

PL 1110/15	Dispõe sobre a política estadual de segurança de barragens (pesb) e regula o sistema estadual de informações sobre segurança de barragens (seisb) no âmbito do estado do rio de janeiro	10/12/2015 - Lei 7192/16
PL 2172/16	Altera a lei nº 3.325 de 17 de dezembro de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a política estadual de educação ambiental, cria o programa estadual de educação ambiental e complementa a lei federal nº 9.795/99 no âmbito do estado do Rio de Janeiro.	23/05/2018 - Lei 7973/18
PL 925-A/2015	Altera a Lei 4.397, de 17 de setembro de 2004, que dispõe sobre a instalação de dispositivos hidráulicos visando o controle e a redução do consumo de água e adota outras providências.	20/09/2018 - Lei 8103/18
PL 2315-A/2016	Proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, venda, estocagem, armazenagem, consignação, seja para exportação e importação, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos, lagos, lagoas, lagunas, no mar e no solo, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contenham microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças, provenientes de polímeros de polietileno, polipropileno (pp), poliacetal (delrin ou pom), tereftalato, polimetilmetacrilato, náilon (poliamida ou pa), ou similares, no estado do Rio de Janeiro.	30/08/2018 - Lei 8090/18
PL 2917-A/2017	Altera o anexo da lei nº 5.645, de 6 de janeiro de 2010, incluindo, no calendário oficial de eventos do estado, o "dia estadual do mar" e dá outras providências".	28/08/2018 - Lei 8084/18
PL 1314/15	Altera a lei nº 5.645, de 06 de janeiro de 2010, instituindo no calendário oficial do estado do rio de janeiro, o dia 14 de março como o dia estadual de luta contra as barragens, pelos rios, pela água e pela vida.	22/11/2018 - Lei 8254/18
PL 2636/17	Dispõe no âmbito do estado do rio de janeiro, sobre cobranças por estimativa das concessionárias fornecedoras de água, luz e gás e dá outras providências	05/10/2018 - Lei 8234/18
PL 2048/16	Altera a lei nº 3467, de 14 de setembro de 2000, que dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no estado do rio de janeiro, e dá outras providências.	30/03/2020 - Lei 8763/20

PL 1306-A/2015	Altera a Lei nº 1.893, de 20 de novembro de 1991, para determinar a execução de limpeza e desinfecção periódica, a cada 12 (doze) meses, das caixas d'água existentes em todos os prédios públicos localizados no âmbito do estado do Rio de Janeiro.	27/08/2018 - Lei 8075/18
PL 1840/20	Dispõe sobre a publicação dos resultados de análise da qualidade da água distribuída pelas concessionárias localizadas no estado do Rio de Janeiro.	16/03/20 - Lei 8754/20
PL 1635/16	ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 4º DA LEI 4191, DE 30 DE SETEMBRO DE 2003 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS	11/09/2019 - Lei 8525/19
PL 3137/20	Regulamenta os procedimentos para armazenamento e retardo de água de chuva em perímetros urbanos para aproveitamento e postergação de sua descarga na rede pública, além da acumulação de água cinza clara para seu tratamento e uso em fins cuja água não necessite ter caráter potável consoante as normas técnicas e dá outras providências e revoga a lei nº 7.463, de 18 de outubro de 2016	29/12/2020 - Lei 9164/20
PL 3313/17	Dispõe sobre a cobrança de tarifa social pela companhia estadual de águas e esgotos (cedae) a igrejas e templos religiosos de todos os cultos e denominações	28/06/2019 - Lei 8365/19
PL 1370/16	Obriga os prestadores de serviço de abastecimento de água no âmbito do estado do rio de janeiro, a informar nas faturas mensais de cobrança a sequência numérica constante do hidrômetro, referente ao consumo acumulado, verificada no ato da última leitura do aparelho.	27/10/2020 - Lei 9066/20
PL 2387/20	Dispõe sobre a obrigatoriedade da adoção de plano emergencial para combate e prevenção do coronavírus (covid-19) pelas concessionárias de água e esgoto do estado do Rio de Janeiro	15/12/20 - Lei 9126/20
PL 981/15	Institui a política estadual de restauração ecológica e autoriza o poder público criar o plano estadual de restauração ecológica estabelece seus mecanismos e dá outras providências.	02/10/2019 -Lei 8538/19
Requerimentos		
Requerimento:	Ementa:	Andamento:

Requerimento 01/15	Cria cpi para apurar as responsabilidades dos entes públicos e privados perante a crise hídrica que afeta o estado do rio de janeiro e, em especial, sua região metropolitana, com registro de perdas físicas de água tratada superior a 30% (trinta por cento), bem como a questão da influência no sistema de captação de "transposição do rio paraíba do sul" a ser efetuado pelo governo do estado de são paulo que subtrairá, no mínimo, 5 m³/seg da vazão do referido rio.	06/02/2015 - Entrada do requerimento na ALERJ
Requerimento 64/15	Requer a criação de comissão especial para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de implementação e a execução do zoneamento ecológico-econômico do estado do rio de janeiro - zee-rj, nos termos estabelecidos na lei estadual nº 5.067, de 09 de julho de 2007.	18/06/2015 - A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do inciso IV do art. 110 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do mesmo dispositivo
Requerimento 75/15	Requer a criação da comissão de representação em defesa do rio paraíba do sul	17/08/2015 -A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do inciso IV do art. 110 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do mesmo dispositivo
Requerimento 286/17	Requer a criação de comissão especial para tratar de assuntos referentes à despoluição da lagoa de araruama.	09/06/2017 - A imprimir. Deferido automaticamente nos termos do inciso IV do art. 110 do Regimento Interno c/c o parágrafo único do mesmo dispositivo

Legenda:
PL Apensado
PL Arquivado.
FUNDRHI
Requerimento